

# O discurso de ódio contra servidores - uma proposta da política neoliberal

The discourse of hate against public servants - a proposal of neoliberal politics

El discurso de odio contra servidores - una propuesta de la politica neoliberal

Silvia Mara de Melo



Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil  
E-mail: silviameo@ufgd.edu.br

**Resumo:** Assentado nos dizeres de Michel Foucault, Wendy Brown e Wladimir Safatle, este artigo tem como objetivo analisar três sequências enunciativas proferidas por sujeitos bolsonaristas, que representam o então presidente Jair Messias Bolsonaro. Tais enunciados foram selecionados por se darem em condições de emergência da contemporaneidade, que trazem como representante um presidente conservador que se apresentou no início de seu mandato com uma proposta de economia Neoliberal. De Foucault extraímos aspectos discursivos, tais como o conceito de Enunciado e Sujeito. De Brown, nos interessa o conceito de Neoliberalismo e de Safatle, o circuito dos afetos.

**Palavras-chave:** Discurso de ódio. Sujeito. Neoliberalismo.

**Abstract:** Based on the sayings of Michel Foucault, Wendy Brown and Wladimir Safatle, this article aims to analyze three enunciative sequences delivered by Bolsonaroist subjects, who represent the then president Jair Messias Bolsonaro. Such statements were selected because they take place in conditions of contemporary emergence that present as a representative a conservative president who presented himself at the beginning of his mandate

with a proposal for a Neoliberal economy. From Foucault we extracted discursive aspects, such as the concept of Enunciate and Subject. From Brown we are interested in the concept of Neoliberalism and from Safatlhe, the circuit of affections.

**Keywords:** Hate speech. Subject. Neoliberalism.

**Resumen:** Confirmado en las palabras de Michel Foucault, Wendy Brown y Wladimir Safatle, este artículo tiene como objetivo analizar tres secuencias enunciativas dadas por sujetos bolsonaristas, que representan al presidente Jair Messias Bolsonaro. Tales declaraciones fueron seleccionadas porque se encontraban en condiciones de emergencia de la contemporaneidad que traen como representante a un presidente conservador que se presentó al inicio de su mandato con una propuesta de economía neoliberal. De Foucault obtuvimos aspectos discursivos, como el concepto de Enunciado y Sujeto. De Brown nos interesa el concepto de Neoliberalismo y de Safatlhe, el circuito de los afectos.

**Palabras-claves:** Discurso de odio. Sujeto. Neoliberalismo.

Submetido em 14 de janeiro de 2022.

Aceito em 02 de maio de 2022.

Publicado em 09 de setembro de 2022.

## Introdução

Propomos, neste artigo, examinar três sequências enunciativas que se deram em um período da História do Brasil em que um governo conservador da extrema direita, Jair Messias Bolsonaro, assumiu a presidência do país, em 2019. Desde o início de sua gestão, o atual presidente vem, por meio de seus aliados, atacando algumas instituições públicas.

Aqui, como delimitação para análise do objeto deste artigo, tomaremos apenas aqueles ataques que dizem respeito a servidores concursados e docentes. Tomamos como *corpus* de análise uma entrevista em que, o então deputado federal, Ricardo Barros concedeu à rede de televisão *CNN* – vale mencionar que tal deputado atuou como líder do governo na câmara no período de atuação do governo Bolsonaro, entre 2019 e 2022; uma notícia envolvendo o nome de Abraham Weintraub – que foi ministro da Educação na gestão do governo Bolsonaro e também uma matéria em que o ministro da Economia, Paulo Guedes, fala de servidores públicos com desrespeito em um evento público.

Em diferentes momentos, mas todos vinculados ao governo Bolsonaro, esses sujeitos atuaram de um modo muito peculiar em relação às instituições. Existe uma regularidade nos dizeres desses gestores que nos fizeram questionar a motivação para tanto rancor. O que há em comum nesta regularidade enunciativa é o fato de que os três sujeitos proferem um discurso agressivo, carregado de ódio em relação aos servidores concursados. Paulo Guedes, Abraham Weintraub e Ricardo Barros procuram, por meio de suas enunciações em espaços públicos, desconsiderar o trabalho de servidores concursados. São, portanto, os enunciados extraídos desses sujeitos que irão compor uma reflexão que propomos desenhar neste artigo.

Estamos compreendendo aqui como discurso de ódio, os enunciados de sujeitos que ocupam cargos políticos e que, ao se dirigirem a certas categorias de indivíduos, empregam palavras agressivas no intuito de atingir a dignidade de alguns grupos de pessoas. Como objeto de pesquisa buscamos responder qual a motivação leva gestores políticos, tais como ministros, a apresentarem em público um discurso de ódio.

Ao tomarmos a tese de Thiago Alves França (2019, p. 55) “Sentidos e funcionamentos do discurso de ódio em espaço do *facebook*: uma leitura discursiva”, temos que França, ao trazer à tona os estudos de Brugger, nos faz compreender que, na perspectiva desse autor, o discurso de ódio pode ser dirigido a um grupo, pois intimidam, assediam, insultam as pessoas, mas é possível se compreender que o discurso de ódio também pode ser voltado a uma pessoa individualmente. No que diz respeito ao nosso objeto de reflexão, os enunciados “parasita” e “zebra gorda”, que foram pronunciados, respectivamente, pelo ministro da Educação e pelo ministro da Economia, se referem a grupos, aqueles que se colocam como servidores, profissionais concursados que ocupam cargos na administração pública brasileira.

Segundo França (2019, p. 62), o discurso de ódio se baseia em uma binarização, ou seja, entre eles e o nós há a criação de “indesejáveis”. É justamente nessa medida que compreendemos “parasita” e “zebra gorda”, pois é como se os ministros, o da Economia e o da Educação, se colocassem como o “nós”, aqueles que vão “salvar o país das garras de servidores públicos” e, nesse sentido, vão construindo a imagem de que os tais concursados são os inimigos da sociedade, são figuras demonizadas, que precisam ser extirpadas do país, pois, assim, se salva a economia.

Entendemos que construir uma imagem negativa de servidores públicos se coaduna com o projeto político do governo bolsonarista. Por essa razão, consideramos relevante compreender

o Neoliberalismo a fim de justificar a proposta de desmonte do Estado através de seus gestores, que defendem a privatização de uma série de serviços. Além da compreensão acerca do que é o Neoliberalismo, também sustentaremos nossa reflexão considerando alguns conceitos dos estudos discursivos foucaultianos, linha teórica a qual me filio em minhas pesquisas e estudos.

## Sujeito e enunciado na perspectiva foucaultiana

Para Foucault (2002, p. 106), o sujeito é condição para a existência do enunciado. Logo, não há enunciado sem sujeito. “Não há signos sem alguém para proferi-los ou, de qualquer forma, como alguma coisa como elemento emissor. Para que uma série de signos exista, é preciso um autor ou uma instância produtora”.

Tomaremos o indivíduo como sujeito na perspectiva foucaultiana e estabeleceremos relações com a exterioridade, pois não se permite, a partir desse arcabouço teórico, pensar o sujeito fora de suas relações institucionais ou de poder. Ao tratar o sujeito do enunciado, Foucault diz que ele é uma “função determinada” (2006, p.109), mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro. Ele trata o lugar como uma função vazia, a qual pode ser ocupada por qualquer indivíduo e ao mesmo tempo considera que um mesmo e único indivíduo pode ocupar diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos.

Nas palavras de Foucault (2006, p. 109),

[...] se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados não é porque houve um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório, mas sim na medida em que pode assinalar a posição sujeito.

Portanto, descrever um enunciado consiste em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo o indivíduo para ser seu sujeito. Ainda parafraseando o que diz Foucault acerca das condições de existência de um enunciado, o autor nos informa que “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e papéis” (2006, p. 112).

Além disso, ele considera que, para ser considerado um enunciado, é necessário ter uma “substância”, uma data, um suporte. A materialidade repetível é, como visto, uma das condições possíveis de existência do enunciado. O “enunciado circula, serve, se esquivava, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de contestações ou rivalidades” (FOUCAULT, 2002, p. 121).

Resumindo, o enunciado obedece a certas condições, tais como: ter um referencial, ter um sujeito (não é o autor, não é a consciência, mas uma posição), um campo associado (domínio de existência para outros enunciados); uma materialidade. Tomemos, também, os dizeres de Gregolin, no que a linguista entende por campo associativo, a partir de sua leitura de Arqueologia do Saber. Assentada nos dizeres foucaultianos, Gregolin (2004, p. 29) diz que o campo associativo forma uma trama complexa:

a) Ele é constituído pela série de outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve; b) Ele é constituído, também pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não) seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las; seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas. Por isso todo enunciado liga-se a uma memória e, assim, não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados; c) Ele é constituído, ainda, pelo

conjunto de formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado e que podem vir depois dele como consequência natural ou sua réplica; d) Ele é constituído finalmente, pelo conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão, em relação às quais se apagará ou tomará um lugar.

Para Foucault (2006, p. 32), o enunciado deve ser compreendido na estreiteza e singularidade de sua situação; também se faz necessário determinar as condições de sua existência; de fixar seus limites, e de estabelecer relações com outros enunciados a que pode estar ligado e, ainda, de mostrar que outras formas de enunciados excluem.

É nesse sentido que propomos examinar o enunciado “parasita”, dito por Paulo Guedes, em relação a outros enunciados também ditos por dois ministros, o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, e o então líder do governo na câmara, Ricardo Barros. Embora enunciem termos diferentes, há uma convergência no sentido de que os três sujeitos, ao ocuparem cargos em um governo ultraconservador, atacam as instituições públicas e servidores.

Ao conceituar os objetos, Foucault toma a loucura como exemplo para trazer à tona uma elucidação de seu método arqueológico. Em suas palavras,

Seria preciso inicialmente demarcar as superfícies primeiras de sua emergência – mostrar onde podem surgir, para que possam em seguida, ser designadas e analisadas essas diferenças individuais que, vão receber a qualificação de doença [...] essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas do discurso. (2006, p. 47).

Embora Foucault esteja tomando como objeto a loucura, podemos compreender que a *superfície de emergência* é um conceito que pode ser empregado para qualquer outro objeto, pois compreender onde um tema surge é de suma relevância para se examiná-lo. Tomemos o que Foucault entende por Regras de Formação:

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa dizer alguma coisa e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação-essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. (2006, p. 51).

Nosso objeto de estudo não é a loucura, mas sim os enunciados de ódio proferidos por gestores ligados ao governo Bolsonaro durante a permanência desse governo na presidência. Neste sentido, propomos examinar tais enunciados em sua superfície de emergência, buscando uma justificativa para se compreender a razão dos xingamentos e todo o ódio destilado a trabalhadores concursados e servidores públicos, em sua maioria. Por essa razão, faz-se necessário se compreender o significado de Neoliberalismo, pois o posicionamento do atual (2022) ministro da economia do Brasil e dos outros gestores indicados pelo presidente Jair Messias Bolsonaro parecem ser sustentados pelo que reverbera esse regime.

## Neoliberalismo e seus efeitos

Wendy Brown inicia seu capítulo “O Frankenstein do neoliberalismo: Liberdade autoritária nas democracias do século XXI” trazendo à tona o contexto em que Donald Trump fora eleito presidente



dos EUA. “Sua base eleitoral foi e continua sendo os eleitores americanos brancos sem diploma universitário [...] ele mobilizou não simplesmente o ressentimento de classe, mas também o rancor branco” (2019, p. 18), e considera as quatro décadas de Neoliberalismo e Globalização em que o homem branco perdera posição social, econômica, cultural e política.

Brown (2019) considera que mais do que o Neoliberalismo, o pós-fordismo foi devastador para os negros trabalhadores americanos. Na década de 1980, houve aumento do desemprego, perda de benefícios e aumento da violência. Já em relação à classe branca, Brown entende que a reação dessa classe “que perdeu poder socioeconômico pela política econômica Neoliberal (Globalização) está desenfreada por todo o Euro Atlântico” (2019, p. 18), onde habitantes brancos das classes trabalhadoras perderam rendas, habitação, acesso à educação etc., e, como resultado disso,

levantaram-se numa rebelião política contra usurpadores sombrios imaginários e também contra os cosmopolitas e as elites que consideram responsáveis por terem escancarado as portas de suas nações e se limitado a eles. (BROWN, 2019, p. 19).

O que se espera dessa classe é “uma desconfiança da política e um repúdio do social, os quais juntos normalizam a desigualdade e destroem a democracia – que moldam e dão legitimidade a essas paixões da política da direita branca raivosa” (BROWN, 2019, p. 19).

O Neoliberalismo é compreendido como um conjunto de políticas econômicas que promovem ações sem restrições, fluxos e acumulações de capital por meio de tarifas baixas e impostos, desregulamentação das indústrias, privatização de bens e serviços previamente públicos, desmonte do Estado de bem estar social e a destruição do trabalhismo organizado. (BROWN, 2019, p. 20).

A partir da leitura de biopolítica, de Foucault, Brown considera que tal autor e também outros “nos ensinaram a compreender o Neoliberalismo como uma racionalidade governamental que gera tipos distintos de sujeitos, de formas de conduta e de ordens de sentido e valor social” (BROWN, 2019, p. 20).

A lógica Neoliberal compreende a sociedade pela lógica do mercado “com Estados organizados pelas necessidades do mercado” (BROWN, 2019, p. 20). Desse modo, os princípios do Neoliberalismo “permeiam os locais de trabalho, as escolas, os hospitais, as academias, as viagens aéreas, o policiamento e toda forma do desejo e decisões humanas”.

Brown traz à tona a perspectiva de Friedrich Hayek para discutir a questão da liberdade pela ordem do Neoliberalismo. Em suma, compreende-se que a democracia fere o princípio da liberdade individual porque considera a vontade da unanimidade, que o Estado é ineficiente no trato com as questões sociais. Nas palavras de Hayek, “um Estado que se permita fazer uma política ou planejamento social cometerá erros, limitará a liberdade, sufocará a inovação e a ordem gerada pelos mercados e reduzirá a disciplina e portanto, a liberdade” [...] (HAYEK apud BROWN, 2019). Em contraste a isso, “a liberdade gera uma espécie de perspectiva inteligente secular, quando é disciplinada pela competição que responsabiliza o uso da liberdade”. Em suma, a proposta da teoria de Hayek é um projeto construtivista Neoliberal, em que se propõe a expansão da liberdade e a isenção do poder político,

[...] isso se dá pela privatização dos bens públicos e a responsabilização dos sujeitos [...] elimina as restrições à liberdade eliminando as propriedades do governo e responsabilizando sujeitos e famílias através do desmantelamento das provisões públicas. (BROWN, 2019, p. 25).

Ainda na esteira do pensamento de Hayek, Brown considera que o Neoliberalismo permite a expansão da “esfera pessoal protegida”, isso quer dizer que os valores familiares e morais irão fazer parte dos espaços públicos (2029, p. 27-28).

Em resumo, expandir a ‘esfera pessoal, protegida’ e restringir o alcance da democracia em nome da liberdade desenvolve um novo *ethos* da nação, um *ethos* que substitui um imaginário nacional democrático secular por um *ethos* privado, homogêneo e familiar. O primeiro apresenta um compromisso com uma modesta abertura, o Estado de direito e um pluralismo religioso e cultural, o segundo, em sua forma tradicional, opera pela exclusão, por muros, e é homogêneo, unificado e hierárquico. Pode mesmo ser autoritário. (BROWN, 2019, p. 28).

Parafrazeando Brown (2019, p. 28 - grifo nosso), a proposta Neoliberal de privatização é um ataque à Democracia. Ela não só promove a exclusão, mas gera desigualdade, “promove uma guerra familiar, e não uma guerra de mercados, (*guerra*) aos princípios e instituições democráticas”. A privatização Neoliberal “coloca em posição a exclusão, o patriarcalismo, a tradição, o nepotismo e o cristianismo como contestações legítimas à inclusão, à autonomia, à igualdade de Direitos, limitações a conflitos de interesse, ao secularismo e ao próprio princípio de igualdade” (BROWN, 2019, p. 28).

O Neoliberalismo, pautado numa concepção libertária e anti-igualitária, encara como ilegítima a justiça social, questões racistas e feministas, pois elas constituem para a política Neoliberal “ataques a liberdade pessoal e interferência na ordem espontânea dos mercados e da moral” (BROWN, 2019, p. 29).

Amplificar a competência do privado e amplificar a força desin-

tegradora de desregulamentação de tudo em todas as partes capacita a prática nova da liberdade a materializar de forma bastante literal a afirmação de que 'não existe essa coisa, a sociedade', já que ataca os valores e as práticas que sustentam os laços sociais, a cooperação social, a provisão social, e claro, a igualdade social. (BROWN, 2029, p. 30).

Brown (2019, p. 31) afirma que "as energias do poder injuriado expressas de formas variadas (em raiva rancorosa, mas também no voto quieto em candidatos de extrema-direita) e que tem como alvo uma série de objetos (políticos, as elites liberais, os emigrantes, os muçulmanos, os *gays* e os negros", encontram legitimidade na proposta Neoliberal para se manifestarem. Wendy Brown (2019) considera desconcertante a atual paisagem, pois a Direita defende coisas contraditórias, por exemplo: liberdade e nacionalismo; liberdade e protecionismo; liberdade pessoal maximizada e valores sociais tradicionais. A proposta Neoliberal de privatização não tem compromisso com a nação, "ela cessa de ser imaginada como uma democracia, mas é imaginada como um negócio competitivo, que precisa fazer bons negócios e atrair investidores." (BROWN, 2019, p. 31). É a partir dessa concepção de Neoliberalismo que pretendemos, doravante, analisar as sequências enunciativas que se seguem.

## O ataque aos servidores e às instituições por gestores bolsonaristas

### Sequência enunciativa 1- Fala de Paulo Guedes sendo noticiada pelo jornal da Band.

Ao defender a reforma administrativa que o governo enviou ao Congresso no ano de 2021, o ministro da Economia Paulo Guedes comparou *servidores públicos a parasitas*, em uma crítica aos reajustes de salários da categoria.

Transcrição da fala de Paulo Guedes (2021, n. p.):

O governo tá quebrado, gasta 90% da receita toda com salário e é *obrigado* a dar aumento de salário... o *funcionalismo* teve aumento de 50% acima da inflação, tem estabilidade de emprego, tem aposentadoria generosa, tem tudo, o hospedeiro tá morrendo e o *cara virou um parasita* e o dinheiro não chega no povo, e ele quer aumento automático, não dá mais, o *povo* não quer isso.

Precisa-se considerar que Paulo Guedes, ministro da Economia no governo Bolsonaro, é compreendido como um sujeito Neoliberal. Sua proposta de atuação vai no sentido de privatizar as instituições. Desta forma, o que se percebe quando um ministro ataca o funcionalismo público, denominando-os de parasita, Paulo Guedes faz cumprir seu papel de Neoliberal, pois tal proposta tende a deslegitimar as instituições públicas, evidenciando suas fragilidades que, em um gesto sincronizado com outros gestores, busca alcançar o apoio da sociedade.

É certo que há fragilidades no sistema público, seja ele vinculado à saúde, à educação ou à segurança, mas é também considerada legítima a forma de ingresso e o plano de carreira de servidores concursados. Em sua maioria, os servidores passam por concursos públicos, estágio probatório e só chegam a ter estabilidade no emprego após ser em avaliados por seus pares, e todo esse processo envolve editais, lisura e legitimidade.

Ao empregar uma metáfora comparando servidores a parasitas, o ministro da Economia silencia o fato de que o sujeito-parasita ao qual se refere ocupa posição na sociedade de servir a população, e todos os servidores concursados adquiriram um cargo por meio de concurso público legítimo, chancelado pelas instituições estaduais, federais e ou municipais. Ao dizer que o *hospedeiro está*

*morrendo* por que o parasita quer aumento de salário, o ministro quer fazer crer que o governo está em crise e a culpa é do funcionalismo. Desse modo, pode-se notar uma convergência em sua fala raivosa com o que propõe o Neoliberalismo, pois tal regime promove a desresponsabilização do Estado com as instituições e com o sujeito e se pauta na independência, na liberdade de mercado e em uma sociedade privada.

Assim, vir a público para denominar os servidores de parasitas é uma estratégia agressiva, que tende a buscar adeptos no que ele denomina de “povo”, uma vez que, em suas palavras, o “*povo não aguenta mais*”. Paulo Guedes considera que uma parcela da população coaduna com seu posicionamento e desconsidera que o servidor é também parte da nação, a qual ele denomina “povo”. Antes de ser um servidor concursado, o “sujeito-parasita”, nas palavras de Guedes, é o sujeito-brasileiro, é povo desta nação e, se ele ocupa um cargo na administração pública, seja ela qual for, foi porque concordou em participar de concursos públicos, legitimados pelas instituições públicas e seus direitos foram adquiridos de modo legal.

O então ministro se coloca ao lado do povo ao dizer que “o povo não quer mais isso”, é como se Paulo Guedes, na condição de ministro da Economia, viesse neste governo bolsonarista representar o povo, numa tentativa de desconsiderar toda a trajetória de um servidor, todo o trabalho que um sujeito concursado presta à sociedade. Porém, para um governo conservador, com um ministro Neoliberal, não se poderia esperar nada diferente disso. As condições em que essa fala do ministro emergem são previsíveis diante do momento histórico pelo qual passa o país nos anos de 2019-2022, em que o Brasil fora tomado por um governo que se considera neoliberal e conservador.

Este discurso de ódio ao sujeito-concursado encontra também eco na fala do deputado federal Ricardo Barros, que ocupa a po-

sição de líder do governo Bolsonaro. Vejamos como esse coro vai se constituindo neste período. A repórter do jornal televisivo *CNN*, no dia 20 de abril de 2021, ao vivo, entrevistou o líder do governo Bolsonaro, Ricardo Barros, acerca de como o governo pretende lidar com a situação de Internet para as escolas públicas, considerando que a pandemia da covid-19 retirou as crianças das escolas. Ela inquiriu o líder do governo da Câmara a fim de saber se existe algum projeto do Ministério da Educação que possa amenizar a situação caótica em que se encontra o ensino no país em um momento em que as crianças não podem frequentar uma sala de aula presencialmente.

Para se compreender em que condições emergem essa fala do deputado, é preciso que nos situemos no ano de 2021, período em que o Brasil ainda enfrentava várias dificuldades no campo educacional em relação à volta às aulas em um período de grande contágio pela covid-19. É lícito enfatizar que em abril do ano de 2021, o país ainda vinha encarando uma realidade nefasta, com muitas mortes e alto nível de contágio. Desde março de 2020, as escolas brasileiras optaram pelo ensino remoto, aquele em que os estudantes assistem as aulas em casa com o uso de *notebook*, aparelhos celulares e, necessariamente, acesso à internet de qualidade.

A realidade do Brasil foi ainda mais escancarada quando a pandemia ocasionada pela covid-19 impediu os discentes de frequentarem os bancos escolares, pois muitas crianças e adolescentes de escolas públicas não conseguiram acompanhar as aulas nesse formato remoto por não terem acesso a computadores, celulares e, ainda, a pacotes de Internet.

Foi nessas condições que o líder do governo Ricardo Barros fora questionado acerca da responsabilização do governo no sentido de tomar providências para que jovens estudantes tivessem acesso à Internet a fim de poderem acompanhar as aulas enquan-

to o ensino não pudesse retornar no formato presencial. A resposta do político foi transcrita abaixo.

### **Sequência enunciativa 2 -Transcrição da entrevista de Ricardo Barros concedida ao jornal televisivo CNN.**

Há disponibilidade de acesso à internet, nós temos um satélite brasileiro que separou 20% de sua capacidade para a utilização do setor público, postos de saúde, escolas, todos que precisam de conectividade, mas não há demanda, né, as escolas não pedem a conectividade, porque a diretora que tá lá não entende de informática e se ela pedir a conectividade ela vai perder a direção para uma outra professora que entende de informática. Infelizmente, o Brasil foi abduzido pelas corporações, não tem nenhuma razão para *o professor não tá dando aula*, o profissional da saúde tá indo trabalhar, o profissional do transporte tá indo trabalhar, o profissional do comércio tá indo trabalhar, só o *professor que não quer ir trabalhar*. Nós estamos votando inclusive um decreto no congresso agora transformando educação em serviço essencial [...] é um absurdo que nós estamos permitindo que *professores estejam causando tantos danos para educação das nossas crianças* [...] os professores não querem se atualizar[...] se modernizar, *já passou no concurso, não quer aprender mais nada*. (BARROS, 2020, n. p.).

O que estou denominando de sequência enunciativa 1 (em que o ministro da Economia denomina os servidores concursados de parasita) encontra eco na sequência enunciativa 2, veja que o deputado Ricardo Barros em vários momentos da entrevista cita que *“o professor não tá dando aula”, “o professor não quer ir trabalhar”, “professores estejam causando tantos danos para educação de nossas crianças”, “já passou no concurso, não quer aprender mais nada”*.



A pandemia da covid-19, quando chegou ao Brasil no ano de 2020, fez com que todos os setores se reconfigurassem, pois a impossibilidade de se aglomerar e a necessidade de distanciamento social obrigaram as escolas a fecharem suas portas e todos tiveram que se adaptar ao novo modelo de ensino. Com os professores não foi diferente. Impossibilitados de ministrar suas aulas em uma sala lotada, com 40 ou 50 alunos, como é a realidade do país, a maioria dos docentes também teve que se adaptar e aprender a usar os novos aparelhos tecnológicos para poder continuar em suas tarefas diárias.

Ricardo Barros e Paulo Guedes compartilham da mesma opinião, ambos denominam servidores concursados de parasitas e ociosos. Entendemos, com Foucault (2006, p. 51), que “o objeto não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições de um feixe complexo de relações”. Tomamos aqui o ataque aos professores como um objeto que se dá num feixe de relações, pois, ao atacar os professores concursados, como faz o deputado, faz ressoar um enunciado da competência, da eficiência, o das instituições privadas.

Ao tecer críticas grosseiras aos docentes da rede pública de ensino, o deputado não ataca apenas o sujeito-professor, ele agride as instituições públicas de ensino, para fazer crer que as escolas públicas não são eficientes. Em seguida, ao afirmar que existe um satélite brasileiro disponibilizando Internet para as escolas, ele desresponsabiliza o Estado da obrigação de oferecer serviço de qualidade à educação.

Esse é um dos papéis do Neoliberalismo: isentar o Estado de obrigações, culpar os gestores públicos pela ineficiência daquilo que não funciona. Veja que Ricardo Barros culpa a diretora da escola pela falta de Internet. Assim, ele reforça o imaginário de que o Estado é bom, faz seu papel, mas os servidores, especialmente os

concurados, não são capazes de exercer suas atividades porque já passaram em concursos e não precisam mais trabalhar ou se atualizar.

Dialogando com Foucault (2006, p. 58), é preciso pensar essas sequências enunciativas sob os seguintes questionamentos: Quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos presunção, de que é verdadeira? Qual é o *status* dos indivíduos que têm o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?

Já enfatizamos a posição que ocupa os sujeitos desses enunciados. O que queremos, ainda, demonstrar aqui, é o que Foucault trata de presunção de verdade. Ao mencionar que sujeitos concursados são parasitas (segundo Paulo Guedes), não querem mais trabalhar (segundo Ricardo Barros), os sujeitos-políticos bolsonaristas estabelecem uma verdade. Em circunstâncias distintas, mas ainda no mesmo momento histórico, tais sujeitos dialogam ao concordarem que servidores concursados não são eficientes. Desse modo, eles constituem uma verdade. Uma verdade que precisa encontrar apoio popular a fim de que haja o desmonte do Estado com o apoio da sociedade.

Convém ainda mencionar que servidores concursados passam por um crivo de avaliação antes de serem contratados. O processo de seleção pelo qual todo servidor passa envolve editais públicos, provas, estágio probatório e prima-se pela lisura e transparência em todo esse processo. Conseqüentemente, não há apadrinhamento, indicação etc. Ademais, após a aprovação, os servidores passam por avaliação em estágios probatórios. Esse processo é democrático, pois dá direito a todos de realizarem as etapas de

modo igualitário. Todo esse processo é equânime e aceito pela sociedade.

No entanto, para o Neoliberalismo, que enxerga todo indivíduo como um empreendedor de seus próprios negócios, os concursos públicos também constituem uma afronta e um fardo para o governo. Veja que tanto na sequência enunciativa 1, quando Guedes cita “hospedeiro” (aquele que alimenta o parasita) numa menção ao governo que paga os salários dos servidores, quanto na sequência 2, em que Ricardo Barros menciona que “o Brasil foi abduzido pelas corporações”, há uma defesa do governo bom e generoso e de um funcionário omissos em suas obrigações. O discurso de ódio também irá encontrar eco no já exonerado ministro da Educação.

Denominaremos sequência enunciativa 3 o texto jornalístico que traz mais um ataque a servidores concursados. A matéria fora publicada no dia 26 de setembro de 2019, no jornal *online Correio Brasiliense*, e diz respeito à proposta do então ministro da Educação que projetava a implementação de um programa denominado “Future-se”, que tinha em seu bojo o objetivo iniciar um processo de privatização da educação. O programa sofreu duras críticas e fora rejeitado pela maioria das Universidades Públicas.

### **Sequência enunciativa 3: notícia do *Correio Brasiliense* que teve como enfoque a proposta do ministro da Educação.**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou a defender o programa Future-se na manhã desta quinta-feira (26), durante a 21ª edição do Fórum Nacional do Ensino Superior Particular Brasileiro (Fnesp), em São Paulo. Na ocasião, ele aproveitou para criticar o que considera “o zebra mais gorda”, o salário de alguns professores. O problema do ensino superior brasileiro é que a gente gasta uma fortuna com um grupo muito pequeno

de pessoas; afirmou Weintraub, referindo-se às universidades públicas. Mais de 80% do ensino superior está na iniciativa privada e o MEC (Ministério da Educação) é uma grande folha de pagamento de professores de universidades federais; completou. Nas palavras dele, *é preciso ir atrás de onde está a zebra mais gorda, que é um professor de uma federal, com dedicação exclusiva, ministrando oito horas de aula por semana e ganhando de R\$ 15 a R\$ 20 mil por mês. O ministro garantiu, no entanto, que não pretende começar a cobrar mensalidade nas instituições públicas de ensino superior; é uma vitória de pirro a gente gastar energia para tentar cobrar a graduação. Vai ser uma gritaria e não vamos chegar a lugar nenhum; justificou. Segundo o ministro, “cobrar mensalidade de quem pode pagar não vai resolver nada”. Ainda de acordo com o ministro, mais da metade dos servidores brasileiros está no MEC, o que gera muitos custos para a pasta. Eu tenho que enfrentar esse exército, entre outras coisas; disse ele, referindo-se à doutrinação e metodologia de alfabetização. Financiamento estudantil. Na ocasião, o ministro pediu apoio para a aprovação do Future-se, programa rejeitado pela maioria das federais pelo país. *Preciso do suporte das bases e das bancadas dos senhores para passar o Future-se e, assim, ter verbas para financiar o ensino privado e colocar dinheiro nas creches; disse. Weintraub afirmou ainda que “não vai fazer nada” em relação ao programa de Financiamento Estudantil (Fies). “Vocês têm de se virar”, disse em resposta aos representantes das universidades particulares. O Ministério da Educação também pretende exigir a contratação dos professores por meio da carteira assinada, a CLT. Esse processo atualmente ocorre por concurso público. Autorregulação. Weintraub defendeu, ainda, a autorregulação das universidades particulares. Já passou um ano do governo. Quanto tempo mais a gente vai esperar? Façam autorregulação. O mercado financeiro tem, disse. Organizem-se rapidamente. O Estado não existe. O Estado tem que ser diminuído para permitir que nós possamos buscar nossa felicidade, seja por meio do trabalho voluntário ou de uma palavra que foi amaldiçoada pela esquerda, *assim como educação: lucro, acres-***

*centou. De acordo com o ministro, os dirigentes do ensino superior particular deveriam aproveitar o fato de ter, na presidência, alguém que está fazendo uma gestão liberal e, no MEC, um liberal que está disposto a comprar as brigas. (MARTINS; PINHEIRO, 2019, n. p.).*

Chama a atenção nesse enunciado três excertos que destacamos: *a zebra gorda*, *financiar o ensino privado* e alguém que está fazendo uma *gestão liberal*. Weintraub assumiu a pasta como ministro da Educação no governo de Bolsonaro e, desde que entrou no governo, se assumiu como um escudeiro do então presidente. Seus dizeres, carregados de ódio ao professor de Universidades Federais, a quem ele denomina “zebra gorda”, convergem para o que enunciou o atual ministro da Economia Paulo Guedes. Temos aqui uma “zebra gorda” em sintonia com o “parasita” e também ecoando “no professor ocioso e preguiçoso”, como afirma Ricardo Barros.

Esse ressoar de vozes em sintonia só reforça a proposta Neoliberal de um governo que pretende diminuir a responsabilidade do Estado sobre questões de suma relevância para a população, a educação pública. O que chama a atenção é o *modus operandi* deste governo. Primeiro ataca, deslegitima, espalha o ódio no afã de encontrar adeptos a seu projeto de desmonte e, em seguida, faz-se a proposta de privatização.

A constituição desses enunciados de ódio em relação aos servidores nos faz dialogar com Safatle (2019, p. 20), quem entende que não é possível haver política sem alguma forma de incorporação. “Não há política sem a encarnação, em alguma região e momentos precisos da existência da vida social em seu conjunto de relações”. Encarnação pode se dar: 1) sob a figura do líder; 2) da organização política de classe; 3) da ideia diretiva; 4) dos vínculos a certos arranjos institucionais.

Para o autor, a “encarnação é um dispositivo de expressão de afetos”. Desse modo, infere-se que são os afetos que produzem encarnação e “cada regime de corporeidade tem seu modo de afecção” (p. 20). Exemplificando:

[...] o medo como afeto político, por exemplo, tende a construir a imagem da sociedade como corpo tendencialmente paranoico, preso à lógica securitária do que deve se imunizar contra toda violência que coloca em risco o princípio unitário da vida social. (SAFATLE, 2019, p. 20).

Neste sentido, ao dialogarmos com Safatle, compreendemos que o governo de Bolsonaro tende a todo instante a instauração do medo, pois, ao atacar as instituições, cria-se um mal-estar generalizado na sociedade, disseminando o ódio através dos xingamentos e ao mesmo tempo promove o medo e o desamparo.

Safatle relaciona essa corporeidade política que se baseia no desamparo às relações de poder, que, para ele, não se sustenta apenas pela “culpa e coerção, mas considera que nada nem ninguém consegue impor seu domínio sem entreabrir as portas para alguma forma de êxtase e gozo” (2019, p. 20). Ele aproxima medo e esperança e diz que a esperança e o medo constituem o corpo político providencial, ou seja, “o corpo constituído pela crença esperançosa em uma providência por vir ou o corpo depressivo e amedrontado de uma providência perdida ou nunca alcançada” (SAFATLE, 2019, p. 21).

Essa corporeidade política que se baseia em uma política Neoliberalista do desamparo promove uma sociedade paranoica que busca amparo na esperança pelo que há por vir, pois a esperança é o contraponto que surge como alívio ou fuga desse corpo paranoico.

Para Safatle (2019, p. 27) existe uma necessidade de

pensarmos como as sociedades Neoliberais produzem não apenas a espoliação econômica da mais valia, mas também a espoliação psíquica do estranhamento, como o poder espolia o estranhamento permitindo que toda negatividade só se manifeste como depressão e melancolia.

Para encerrar este tópico, o autor considera que se deve insistir em uma reflexão que leve a produção de outros corpos, no afã de pensar novos sujeitos políticos. Para ele, “não será com os mesmos corpos construídos por afetos que até agora sedimentaram nossa subserviência que seremos capazes de criar realidades políticas ainda impensadas” (SAFATLE, 2019, p. 29). Para que haja uma mudança no sentido de começar outro tempo político, será fundamental mudar de corpo, pois os velhos sentimentos impedem a construção de uma nova política.

## Considerações Finais

As reflexões deste artigo buscaram compreender os enunciados de ódio que partem de gestores próximos ao presidente da república, Jair Messias Bolsonaro. A partir dos dizeres de Brown e Safatle compreendemos que o regime Neoliberal proposto principalmente pelo atual ministro da economia, Paulo Guedes (2019-2022), não apenas promove o desmonte do Estado, mas também espalha insegurança, medo e angústia na população.

Compreendemos que um governo deveria primar pela paz e segurança da nação em que atua. No entanto, estrategicamente, o que se vê é uma política do desamparo e da insegurança. Ao disseminar o ódio na sociedade e atacar uma categoria de trabalhadores – aqui, os servidores públicos – os atuais gestores, próximos ao presidente, acabam por gerar uma desconfiança do que está por vir, só restando a esperança por tempos melhores, pois o que

se está posto na contemporaneidade não permite ao cidadão um sentimento de amparo.

Colocamos em discussão as sequências enunciativas do ministro da Economia, do representante do governo na câmara, e do ex-ministro da Educação, a fim de que possamos refletir acerca das regularidades enunciativas, que promovem um verdadeiro ritual no sentido de espalhar o ódio e também a descrença daqueles que servem de algum modo à sociedade por meio de seu trabalho.

As três sequências enunciativas examinadas neste artigo mostram como se promove um regime de verdades no campo político com o intuito de desestabilizar um corpo de profissionais para, em seguida, promover outra forma de governo, assentada nas propostas privatistas.

## Referência

BARROS, Ricardo. NÃO HÁ INTENÇÃO DO GOVERNO EM FURAR TETO DE GASTOS. [Entrevista cedida ao vivo ao] **CNN Brasil**, Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2889697864629968>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: Liberdade autoritária nas “democracias do século XXI”. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio (Orgs). **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 17- 49.

FRANÇA, Thiago Alves. **Sentidos e Funcionamentos do discurso de ódio em espaços do facebook** – uma leitura discursiva. 2019. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019, 275f.



FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nau editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GUEDES, Paulo. Paulo Guedes compara servidores a parasitas. [Entrevista cedida a] Carolina Vilela. **Jornal da Band**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f8QqCWDSvcY>. Acesso em: 07 fev. 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O enunciado e o arquivo: Foucault Entrevistas. *In*: NAVARRO-BARBOSA, Pedro; SARGENTINI, Vanice. **M. Foucault e os domínios da linguagem-Discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.

MARTINS, Isadora.; PINHEIRO, Gabriel. Weintraub diz que vai atrás das zebras gordas - professores com salário alto. **Correio Brasiliense**. Brasília, 2019. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino\\_ensinosuperior/2019/09/26/interna-ensinosuperior-2019,791013/weintraub-diz-que-vai-atras-da-zebra-gorda-professores-com-salario.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2019/09/26/interna-ensinosuperior-2019,791013/weintraub-diz-que-vai-atras-da-zebra-gorda-professores-com-salario.shtml). Acesso em: 26 set. 2019.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos, corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.